Data: 09.07.2021
Titulo: "Paraísos fiscais combatem-se com mais transparência"
Pub: Expresso ECONOMIA
Tipo: Jornal Nacional Semanal
Secção: Nacional
Pág: 9

"Paraísos fiscais combatem-se com mais transparência"

As regras são complexas, difíceis de implementar e prejudicam muito os países em desenvolvimento, diz Ana Paula Dourado, professora na Faculdade de Direito de Lisboa, editora da Intertax e consultora do FMI.

P Como classifica este acordo?

R Andamos há vários anos a tentar uma reforma do sistema fiscal internacional, de forma global, no seio da OCDE. Não deixa de gerar alguma perplexidade que tenha saído agora um acordo do G7, isto é, dos Estados ricos. É duvidoso que todos os interesses tenham sido tidos em conta.

P Mas o G20 também deverá aprová-los e a OCDE obteve acordo de 131 membros.

R Exatamente. E isto leva-nos à questão sobre quem ganha e quem perde.

P Os EUA são os grandes vencedores?

R Claramente. Isto mostra os EUA a regressarem à liderança mundial nesta matéria. O objetivo principal dos EUA é eliminar uma corrida para baixo das taxas e travar a mudança de residência das suas empresas. Com a taxa mínima querem eliminar incentivos às suas multinacionais para mudarem para outras jurisdições.

P O acordo não é também vantajoso para a Europa?.

R No cômputo global são os Estados mais ricos que vão ganhar — Europa incluída. Se olharmos para casos particulares como a Irlanda, Malta, Chipre — e não digo Portugal

porque o país nunca soube fazer uma gestão mais atrativa —, para estes países que atrairiam a residência das multinacionais, o acordo não é bom. Quem também fica a perder mais são os países mais pobres e sem recursos naturais.

P Como se explica então que 131 países da OCDE tenham dado luz verde ao processo?

R Uma colega minha [académica] explica isto com um efeito de imitação, de necessidade de pertença ao clube. Os Estados pequenos não querem o anátema de ficarem de fora.

P Então não estamos perante um acordo "histórico" e "revolucionário", como lhe chamaram alguns governantes mundiais?

R Não acho que seja revolucionário. São pequenos remendos num imposto societário que precisaria de ser totalmente reformulado: os preços de transferência, por exemplo, não funcionam, beneficiam os países mais ricos e as multinacionais. Estas regras são muito difíceis de aplicar pelos países médios e em desenvolvimento e os países mais ricos vão dominar a discussão, não só porque têm poder económico mas também porque controlam as negociações técnicas.

O pilar um é positivo mas ainda insuficiente e não impede o planeamento fiscal. O pilar dois (ver caixa) beneficia os países mais ricos.

P Não é mais uma machadada nos paraísos fiscais, a juntar ao FATCA e ao CRS?

R O problema não são as taxas de imposto, é a criminalidade organizada. É necessária mais transparência e divulgação dos beneficiários efetivos, não taxas mais altas. Os países que não conseguem atrair investimentos de outra forma ficam muito prejudicados.

P A fiscalidade deixa de ser um fator de competição?

R Em vez de haver concorrência entre taxas, passará a haver concorrência entre a matéria tributável.

Área: 234cm²/ 18%
Tiragem: 123.400
FOTO
Cores: 4 Cores
ID: 7175919